



A GEOPOLÍTICA DA ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA: AS ESTRATÉGIAS DOS AGENTES CHINESES PARA O ACESSO AO TERRITÓRIO PARAGUAIO

Lorena Izá Pereira
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Em meio a uma convergência de múltiplas crises e mudanças geopolíticas globais, a China ascende como segunda maior economia do mundo, atuando especialmente na expansão de investimentos no exterior. Considerando elementos geopolíticos como aumento da população, mudança da dieta alimentar e perda de terras agricultáveis, a produção agrícola e o mercado de terras são setores estratégicos para os agentes chineses investirem o capital sobreacumulado. A China é considerada pela literatura como a principal apropriadora de terras no mundo, centrada especialmente no continente africano. Esse discurso camufla três pontos: 1) os dados são superestimados e a maior parte dos investimentos chineses ocorrem no sudeste asiático; 2) não é a China em si que atua na apropriação de terras, mas sim agentes chineses (empresas e fundos de investimento públicos e privados); 3) os agentes chineses não tem acesso a todos os mercados e território, fazendo com que estes utilizem de estratégias, como tem feito no Paraguai. Assim, o objetivo deste artigo é expor acerca dos mecanismos utilizados pelos agentes chineses para acessarem o território e o mercado paraguaio, estratégias estas que envolvem aspectos geopolíticos. Como procedimentos, realizamos levantamento e sistematização de dados em diferentes plataformas, tais como *LandMatrix*, *China Power*, MAG e CAPECO, além de trabalhos de campo realizados no Paraguai entre 2015 e 2019. Com a pesquisa é possível concluir que os agentes chineses utilizam da aquisição de corporações já atuantes no Paraguai para acessar o território e da relação com outros países para garantir o escoamento da produção.

Palavras-chave: Controle do território, estrangeirização da terra, geopolítica, América do Sul.

THE GEOPOLITICS OF LAND FOREIGNIZATION: THE STRATEGIES OF CHINESE AGENTS FOR ACCESS TO PARAGUAYAN TERRITORY

Abstract

Amid a convergence of multiple crises and global geopolitical changes, China is rising as the second largest economy in the world, acting especially in the expansion of investments abroad. Considering geopolitical elements such as population increase and change in diet and loss of agricultural land, agricultural production and the land market are strategic sectors for Chinese agents to invest over-accumulated capital. The China is considered to be the main land grabber in the world, centered especially on the African continent. This discourse disguises three points: 1) the data are overestimated and most Chinese investments occur in Southeast Asia; 2) it is not China itself that acts in the appropriation of land, but Chinese agents (public and private companies and investment funds); 3) Chinese agents do not have access to all markets and territory, making them use strategies, as they have done in Paraguay. Thus, the objective of this article is to explain about the strategies used by Chinese agents to access the territory and the Paraguayan market, strategies that involve a whole geopolitical dimension. As procedures, we conduct data collection and systematization on different platforms, such as LandMatrix, China Power, MAG and CAPECO, in addition to fieldwork carried out in Paraguay between 2015 and 2019. With the research it is possible to conclude that Chinese agents use the acquisition of corporations already active in Paraguay to access the territory and the relationship with other countries to guarantee the flow of production.

Keywords: Territory control, land foreignization, geopolitics, South America.

INTRODUÇÃO

Este artigo parte das inquietações que surgiram no desenvolvimento da pesquisa de doutorado em Geografia intitulada “‘A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito’: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)”. A corrida mundial por terras se intensifica na primeira década do século XXI em um contexto caracterizado pela convergência de múltiplas crises (alimentar, ambiental, climática, energética e financeira). As crises são intrínsecas ao modo de produção capitalista (HARVEY, 2013) e uma possibilidade para garantir a acumulação do capital mesmo em tempos de crise é a expansão geográfica, o chamado ajuste espacial (HARVEY, 2005). A atual corrida mundial por terras¹ e a consequente estrangeirização são resultantes do fato do capital não poder sobreviver sem a acumulação constante, o que o leva a expandir o seu alcance geográfico para além das fronteiras nacionais (WOOD, 2014).

É relevante destacar aqui que compreendemos a estrangeirização da terra como um processo de controle de territórios e de seus atributos (recursos naturais, água, qualidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, entre outros) por agentes estrangeiros. A estrangeirização não é um acontecimento solitário (SASSEN, 2016) e envolve uma diversidade de agentes articulados em redes (BORRAS JR, et al, 2020). Além dos compradores diretos, como empresas estrangeiras (privadas e estatais) e fundos de investimento (privados e

soberanos), a atuação de agentes nacionais, como empresas, grileiros, funcionários cartoriais e Estado é essencial. É importante esclarecer isso porque a China não é um agente em si, quem se apropria de territórios são agentes chineses, seja uma empresa/fundo estatal ou privada.

A estrangeirização da terra se materializa a partir de múltiplas formas que não envolvem apenas a compra direta ou arrendamento do imóvel rural, mas mecanismos tais quais como o contrato de parceria, o contrato de gaveta, as estratégias das corporações em constituírem empresas em nome de terceiros e que possuam uma identidade nacional, as táticas de fusões e *joint venture* entre empresas nacionais, a concessão pública para a exploração do uso de superfície, as empresas de capital aberto e com ações destinadas à livre circulação. A estrangeirização se materializa a partir de diferentes usos da terra, desde para fins agrícolas, especulativos, logísticos (rodovias, ferrovias, portos, etc.), energéticos (energia eólica, fotovoltaica, hidrelétrica e linhas de transmissão), entre outros. A questão é que todos os setores de investimento e recursos apropriados são estratégicos. Neste artigo nos dedicaremos aos investimentos de agentes chineses em terras e agricultura.

Somado a convergência de múltiplas crises há as mudanças geopolíticas globais, tais como a ascensão de blocos de países emergentes, vide o exemplo do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) (McKAY, HALL e LIU, 2016) e a consolidação de uma nova ordem mundial multipolar, caracterizada pela perda da hegemonia estadunidense e ascensão do crescimento econômico chinês (ARRIGHI, 2008). Em 1999, a partir do Décimo Plano Quinquenal da China, foi formalmente introduzida a política intitulada *Going Global* (OLIVEIRA, 2016; CHINA POLICY, 2017) com o objetivo de incentivar investimentos externos. Segundo McKay et al. (2017, p. 04) “chinese companies are encouraged to invest and operate overseas to get access to international markets, foreign resources and advanced technologies with a range of supports from the Chinese stat”.

Estes dois processos culminaram na apropriação de terras por agentes chineses em todo o globo com diversas finalidades. A academia internacional, instituições multilaterais e, especialmente, a mídia tem pautado a *China como a grande agente da estrangeirização*, especialmente nos países do continente africanos (ADEM, 2010; OYA, 2013a; BRAUTIGAM e ZHANG, 2013). A China de fato tem expandido sua atuação em todo o globo, porém, além dos dados serem superestimados (OLIVEIRA, 2016; McKAY, ALONSO-FRADEJAS, BRENT, SAUER e XU, 2017), há muitas negociações não efetivadas ou canceladas devido a luta contra a estrangeirização promovida pela China (OLIVEIRA, 2018). Ademais, a maior incidência de investimentos em agricultura e terras de agentes chineses ocorrem no sudeste asiático (FROST, 2004; HOFMAN e HO, 2012). Esta atenção demasiada sob a *China como a maior apropriadora de terras no globo* fez com que outros agentes, tão importantes quanto os chineses, passassem despercebidos, como a Índia e os EUA.

Na América Latina, a expansão de negócios chineses no agronegócio (especialmente soja) iniciou em 2008, de modo que os agentes chineses são responsáveis por aproximadamente 60% da soja produzida na América Latina

(McKAY et al., 2017). Contudo, não são todos os países latino-americanos que são alvo dos agentes chineses. Um exemplo é o Paraguai, que atualmente é o quinto maior produtor de soja e o quarto maior exportador da oleaginosa no *ranking* mundial, com 9.900.000 toneladas produzidas e 5.900.000 toneladas exportadas na safra 2019/2020 (CAPECO, 2021). Apesar da sua expressividade no agronegócio global, a presença chinesa do Paraguai é recente, iniciada em 2014 e adquirindo relevância apenas em 2018. Isso decorre do fato do Paraguai não possuir relações diplomáticas e comerciais com a China, uma vez que reconhece Taiwan como país independente (PINHEIRO-MACHADO, 2010). Tal impasse diplomático faz com que agentes chineses busque alternativas de acessar o mercado paraguaio, como aquisição de corporações transnacionais que já possuam filiais no Paraguai.

Tal situação rompe com a ideia de homogeneização da estrangeirização da terra e evidencia que a mesma é resultado de dinâmicas globais, regionais, nacionais e locais em interação (PEREIRA, 2019a) e que elementos como características edafoclimáticas, formação espacial, marcos regulatórios e as relações diplomáticas e comerciais importam e influenciam a materialização da estrangeirização. No caso da relação entre China e Paraguai, é estabelecida toda uma geopolítica para agentes chineses terem acesso ao território paraguaio. Neste sentido, o objetivo deste artigo é expor acerca das estratégias utilizadas pelos agentes chineses para acessarem o território e o mercado paraguaio. Entendemos a geopolítica para além da tradicional, pautada no Estado e no território nacional (BECKER, 2005). A realidade se modifica e nos coloca diante de novas expressões e dinâmicas e, assim, a estrangeirização da terra pode ser considerada como um novo elemento geopolítico, que envolve interesses e relações de poder não apenas entre Estados, mas também outros agentes, como corporações transnacionais e fundos de investimento (VINHA e PEREIRA, 2016).

Como procedimentos metodológicos, além da revisão bibliográfica sobre a temática, organizamos e sistematizamos dados disponibilizados por órgãos e instituições de diferentes países. Sobre a presença de agentes chineses na aquisição de terras e no agronegócio em escala global, nos dispomos dos dados do portal *LandMatrix*ⁱⁱ. Enfatizamos que quantificar a corrida mundial por terras é um processo metodologicamente complicado. Isso ocorre por diferentes motivos, nos quais destacamos a falta de transparência nas negociações (tanto por parte das empresas quanto por parte dos Estados) e a diversidade em relação aos marcos regulatórios. Assim, a maior parte dos bancos de dados sobre a estrangeirização da terra são desenvolvidos a partir de notícias divulgadas em jornais, relatórios dos agentes e relatórios/resultados de pesquisa, o que as vezes pode não refletir na realidade e superestimar processos (EDELMAN, 2013; OYA, 2013b; PEREIRA, 2019b).

No Paraguai utilizamos dos dados do Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG) e da Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO), já na Argentina usufruímos dos dados da Secretaría de Agroindustria, do Ministerio de Producción y Trabajo da Argentina e do Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA). Tivemos que recorrer a dados sobre importação e exportação de soja da Argentina para entender como os agentes chineses tem escoado a produção do Paraguai para a China, considerando que o Paraguai não tem relações diplomáticas e comerciais com o

mesmo. Também utilizamos de informações obtidas em trabalhos de campo realizados no Paraguai entre 2015 e 2019. O artigo está estruturado em três seções. Primeiramente abordaremos o papel da China na estrangeirização da terra em escala mundial, procurando enfatizar a América Latina. Na segunda seção exporemos brevemente acerca da estrangeirização de terras no Paraguai e, por fim, concluiremos apresentando quais as estratégias de agentes chineses para acessar e controlar o território paraguaio.

A atuação dos agentes chineses na estrangeirização da terra em escala global

Como já citado, no ano de 1999 a China iniciou a política intitulada *Going Global* (OLIVEIRA, 2016; CHINA POLICY, 2017), corresponde a expansão chinesa em diferentes mercados em todo o globo, com interesses estatais e privados convergentes. Diferentes agentes chineses intensificaram sua atuação na agricultura e no mercado de terras em todo o globo por motivos econômicos e geopolíticos. Dentre as justificativas está o fato de a China concentrar 21 % da população mundialⁱⁱⁱ, 8,5% das terras agricultáveis e 6,5% das reservas de água do globo (WANG, 2007). Ademais, nos últimos anos o país perdeu 8,2% de suas terras agricultáveis como consequência de degradação ambiental e urbanização desenfreada (HOFMAN e HO, 2012).

Segundo Hofman e Ho (2012) os investimentos chineses no exterior se caracteriza como “*developmental outsourcing*”, no qual o Estado desempenha um papel fundamental no planejamento, intervenção e regulação e não o setor corporativo. Neste sentido, o debate sobre os agentes é essencial, considerando que a maior parte das análises inserem o Estado chinês como agente único, quando na realidade é possível identificar cinco grandes grupos de agentes, sendo: 1) empresas nacionais com ligações diretas do governo central; 2) empresas estatais provinciais apoiadas por autoridades provinciais e nacionais; 3) pequenas e médias empresas privadas; 4) instituições financeiras chinesas (China Development Bank e Export Import Bank) e fundos soberanos (China Investment Corporation); 5) cidadãos individuais chineses (ADEM, 2010; HOFMAN e HO, 2012). Os investimentos dos agentes chineses estão em diferentes setores, desde o agronegócio e até transporte e tecnologia (Quadro 1).

No que tange especialmente investimentos relacionados a aquisição de terras, segundo ao portal *LandMatrix* (2020), de 2000 até março de 2020, foram registradas 200 transações envolvendo terras no exterior, totalizando 8.646.934 hectares. Segundo os dados do portal, o principal destino dos agentes chineses foi a Ásia, com 152 transações, totalizando 7.603.434 hectares (87,93%). Em segundo está América Latina e Caribe, com oito negociações e 752.172 hectares transacionados pelos chineses (8,70%). O continente africano ocupa o terceiro lugar em relação a superfície de terras transacionadas: 183.556 hectares (2,12%), totalizando 34 transações. Por fim, foram registradas três operações no Leste Europeu, o que totalizou 107.772 hectares (1,25%) (Quadro 01). Destacamos que entendemos as lacunas da base de dados do *LandMatrix* e que esta não é a representação exata da realidade (como qualquer base de dados, inclusive

oficiais), contudo, é a plataforma mais completa disponível sobre transações de terras em escala global.

Quadro 1. Investimentos chineses no exterior em bilhões de US\$ (2005-2017)^{iv}

Ano	Agricultura	Energia	Logística	Metais	Transporte	Tecnologia
2005	0	6,360	0	1,860	100	1,740
2006	0	9,550	0	7,310	970	0
2007	0	2,410	150	6,280	270	460
2008	0	21,840	0	22,220	4,910	0
2009	0	34,780	0	12,210	910	1,500
2010	1,580	35,970	0	9,110	7,680	300
2011	3,000	36,950	1,610	11,000	2,020	1,680
2012	3,830	43,040	940	10,870	2,730	2,440
2013	9,640	41,390	0	7,950	2,970	310
2014	7,030	28,730	800	15,510	6,240	10,050
2015	2,080	28,410	4,670	7,760	22,460	7,180
2016	5,260	36,050	330	7,260	15,110	22,590
2017	45,870	29,590	24,810	4,560	28,680	2,660

Fonte: China Power (2020); Org.: Autora (2020).

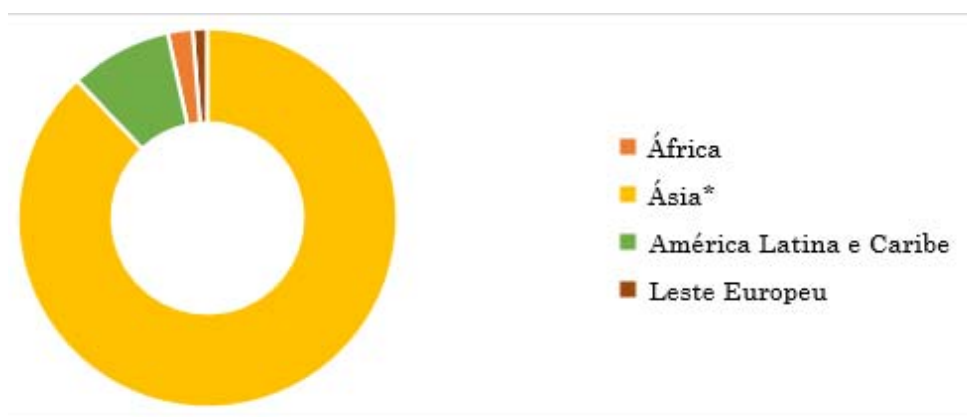


Gráfico 1. Porcentagem de terras transacionadas por agentes chineses no exterior (2000-2020**). *Engloba a totalidade de terras transacionadas por agentes chineses na Rússia; **Até março de 2020.

Fonte: LandMatrix (2020); Org.: Autora (2020).

A Rússia é o principal destino dos investimentos chineses em terra, totalizando 6.161.031 hectares transacionados. Em segundo está Myanmar, com 812.586 hectares controlados pelo capital chinês. Camboja e Laos ocupam posição central na região, com 241.254 e 239.891 hectares transacionados, respectivamente. Na América Latina o que a Guiana se destaca, com apenas uma transação envolvendo 627.072 hectares, segundo portal a empresa envolvida é a Bai Shan Lin International Forest Development Inc., atuante no país no monocultivo de árvores. Na África, o principal alvo é Moçambique, 31.024 hectares transacionados, totalizando seis negociações.

Enfatizamos que parte considerável dos investimentos dos agentes chineses em terras agrícolas são acompanhados de investimento em infraestrutura, logística, mineração e energia (ADEM, 2010; HOFMAN e HO, 2012). Isto porque muito dos países nos quais a China tem destinado seus negócios não possuem infraestruturas básicas para a consolidação do mesmo. Assim a China não apenas garante acesso ao mercado de matérias-primas, mas também controla os canais de distribuição e a infraestrutura (McKAY et al., 2017). O Brasil é um exemplo, muitos dos investimentos na produção de soja estão acompanhados de construção ou melhorias de estradas.

Na África, que segundo a mídia é o principal alvo dos agentes chineses, os investimentos tem ocorrido no agronegócio e na apropriação de recursos naturais e minerais para a produção de energia (CHINA POWER, 2020). Em relação aos investimentos em terras e agricultura na África, Brautigam e Xiaoyang (2009) pontuam que desde 1960 há projetos de cooperação entre China e diferentes países africanos, como na Tanzânia e em Serra Leoa. Estes projetos, de certo modo, ajudaram na consolidação dos investimentos no século XXI. Contudo, o número de empresas que do agronegócio chinês que passaram a investir na África a partir do *Going Global* é pequeno (BRAUTIGAM e ZHANG, 2013). A maior incidência de investimentos em agricultura e terras de agentes chineses ocorrem no sudeste asiático^v (FROST, 2004; HOFMAN e HO, 2012).

Na América Latina, a expansão de negócios chineses envolvendo terras e agricultura (especialmente soja), pautada sobretudo em investimentos na Argentina e no Brasil. A aproximação entre a América Latina e China ocorre em um período de ascensão de governos progressistas^{vi} na América Latina a partir de 1998. A China *aproveitou de um discurso pautado no comunismo* para manter relações mais próximas com a América Latina. McKay et al. (2017) argumentam que a “ameaça do comunismo” é uma das principais razões do fortalecimento dos laços econômicos entre a China e a nova onda de *governos progressistas* em vários países latino-americanos desde o início do século XXI.

Tomamos como exemplo o caso da soja. De acordo com McKay et al. (2017), a soja é a *commodity* chave nas relações entre China e América Latina. A China é responsável por aproximadamente 60% da soja produzida no subcontinente e, embora a maior parte desta soja seja oriunda do Brasil e da Argentina, a China possui influência em todo o globo. Com foco no Cone Sul, Wilkinson, Wesz Junior e Lopane (2016) argumentam que a principal motivação dos investimentos chineses é a promoção da segurança alimentar chinesa^{vii}:

The scale of even small levels of food and raw material dependence, especially in today's volatile conjuncture, makes China's exclusive reliance on world markets and trade increasingly problematic. While China's strategies to ensure resources are global, Brazil and the Southern Cone have become central to the supply of grains and meats for the dietary transition, along with cotton, pulp and tobacco (WILKINSON, WESZ JUNIOR e LOPANE, 2016, p. 01).

Ainda segundo Wilkinson, Wesz Junior e Lopane (2016) a América Latina torna-se estratégica para o crescimento econômico chinês justamente pelos recursos naturais e minerais do subcontinente. Embora enfatize a América Latina, em todo o globo a China promove um modelo de desenvolvimento agroextrativista^{viii}, impulsionando a reprimarização da economia (McKAY et al., 2017), pois o processamento da oleaginosa na região é incipiente e a exportação ocorre majoritariamente do produto *in natura*, o que é mais vantajoso devido aos valores das tributações. Os investimentos chineses motivam o que Svampa (2013; 2019) intitula *de consenso de los commodities*, modelo de desenvolvimento baseado na exportação de bens primários em larga escala, que embora não seja um processo novo, tem se intensificado desde o final do século XX, sendo resultado de uma mudança no modelo de acumulação. O Paraguai não está isento desta dinâmica, porém apresenta singularidades, tais como a atuação dos agentes chineses.

A estrangeirização da terra no Paraguai: breves apontamentos

Segundo Vuyk (2014, p. 30), “la formación social paraguaya, atrasada y dependiente, se encuentra marcada por el latifundio y la dominación extranjera”. A estrangeirização da terra é histórica no Paraguai e remonta a 1870, quando a propriedade privada foi estabelecida no país e se deu início a venda massiva de terras a estrangeiros, processo promovido através de leis de venda de terras públicas (PASTORE, 1972, GLAUSER, 2009). Segundo Kleinpenning (2014), no período entre 1871 a 1900, mais de 20.000.000 de hectares foram vendidos, a maioria para estrangeiros, pois a população camponesa não possuía recursos para adquirir tais terras^{ix}. O principal alvo foi a o Paraguai Ocidental (conhecido também como Chaco paraguaio), onde agentes estrangeiros (especialmente oriundos da Argentina, Espanha e Inglaterra) compraram terras para a exploração do Quebracho^x (VÁZQUEZ, 2013; PEREIRA, 2019a).

Na segunda metade do século XX a estrangeirização adquire força novamente, desta vez centrada no Paraguai Oriental, sobretudo nos departamentos fronteiriços ao Brasil (Alto Paraná, Canindeyú e Amambay). Esta nova dinâmica é resultado da migração massiva de brasileiros (pequenos, médios e grandes produtores) para o Paraguai. O Brasil passava por um momento de modernização da agricultura, que provocou aumento do preço da terra especialmente na região Sul e conseqüente migração de produtores para o Paraguai, a chamada Marcha para o Oeste (PALAU e HEIKEL, 1987). Assim, não é possível entender a estrangeirização da terra paraguaia sem considerar o que ocorria no mesmo

período histórico no Brasil (KRETSCHMER, 2011). Na década de 1970 foi introduzido o cultivo de soja no Paraguai pelos brasileiros, intensificando ainda mais a concentração fundiária e a desterritorialização de camponeses paraguaios (PALAU, CABRELLO, MAEYENS, RULLI e SEGOVIA, 2007).

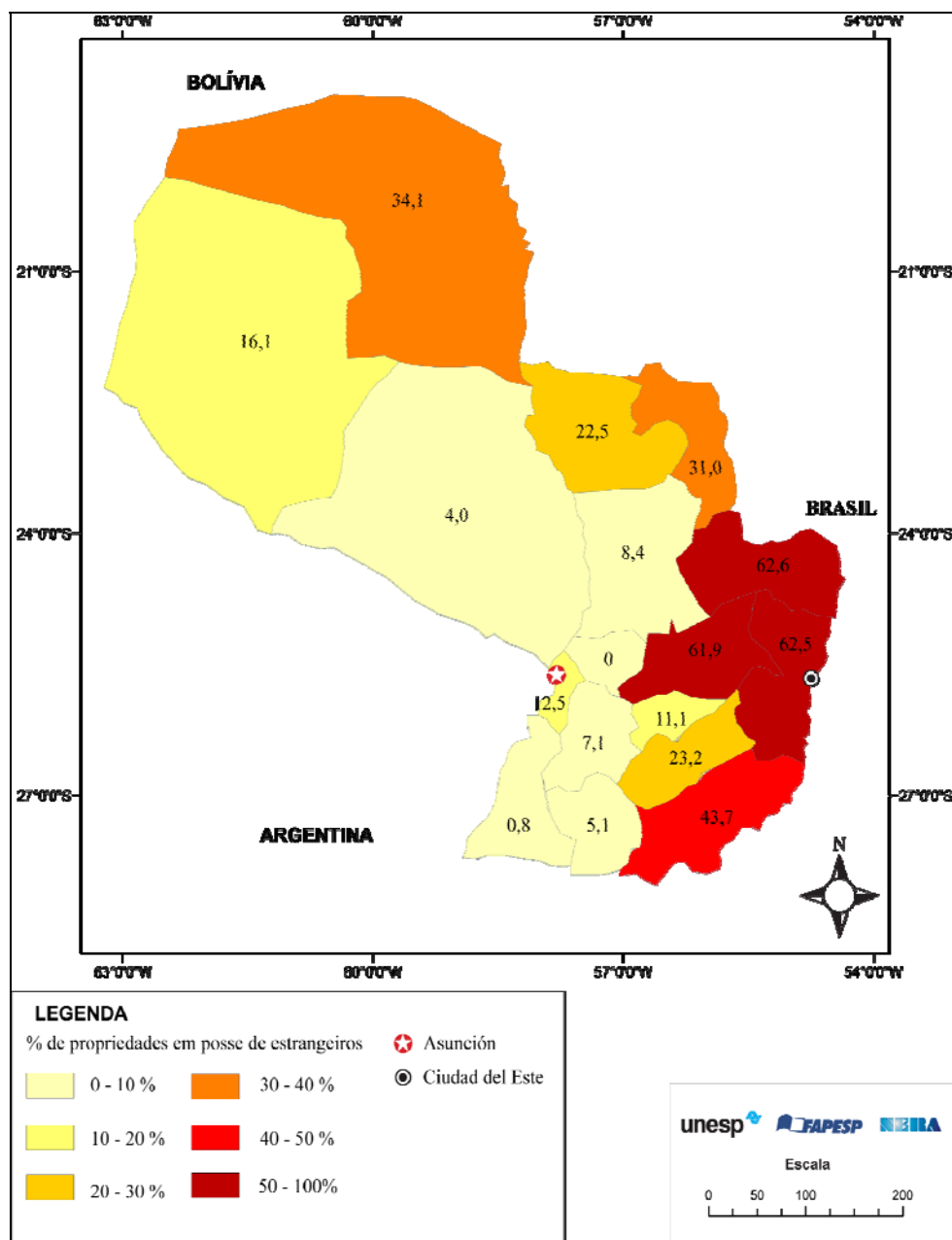
Na década de 1990 foi introduzida ilegalmente a semente de soja geneticamente modificada, que foi legalizada apenas em 2005. Desde então a soja se expande em território paraguaio sem interrupções. A *commodity* é considerada a coluna vertebral do agronegócio (VILLAGRA, 2009). De acordo com Ezquerro-Cañete (2016) economia paraguaia se configura como a mais dependente da soja em escala mundial, sendo os agentes brasileiros os responsáveis por 90% da produção paraguaia de soja (WESZ JR, 2016). Atualmente a estrangeirização no Paraguai avança em direção aos departamentos centrais do país, como Caaguazú e San Pedro e também em direção ao Paraguai Ocidental, especialmente no departamento de Alto Paraguay (VÁZQUEZ, 2013)

Em 2002 foi estabelecido o novo Estatuto Agrário paraguaio, por meio da Lei n. 1.863. Dentre as diligências está que propriedades em colônias camponesas não podem ser vendidas a não beneficiários de reforma agrária, incluindo estrangeiros. Em 2005 foi aprovada a Lei n. 2.532, que estabelecer de uma faixa de cinquenta quilômetros na fronteira nacional na qual não se pode pertencer a estrangeiros (PARAGUAY, 2005). Estas deliberações caminham no sentido de controlar e barrar a estrangeirização do território no país. Porém, frequentemente não são respeitadas e emergem novas estratégias do capital estrangeiro ter acesso ao território (PEREIRA, 2019a). Não há dados oficiais atualizados sobre a quantidade de terras em posse de estrangeiros no Paraguai. Os últimos dados oficiais são do Censo Agropecuário Nacional, organizado em 2008 pelo Ministerio de Agricultura y Ganaderia (MAG). O Mapa 01 expressa a quantidade de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de estrangeiros em 2008.

No departamento de Canindeyú, 62,6% das propriedades acima de 1.000 hectares pertenciam a estrangeiros, seguidos de Alto Paraná, com 62,5% e Caaguazú, com 61,9%. Os departamentos de Cordillera, Paraguarí e Ñeembucú apresentavam em 2008 uma baixa presença de estabelecimentos acima de 1.000 hectares em posse de estrangeiros. Realidade que já mudou, pois Ñeembucú, por exemplo, é alvo de agentes brasileiros que investem na produção de arroz (PEREIRA, 2019a). Já o Paraguai Ocidental, exceto pelo departamento de Presidente Hayes (4%), mostrava uma concentração de estabelecimentos acima de 1.000 hectares relativamente alta.

Segundo os dados, em 2008 a maior parte dos proprietários estrangeiros era de origem brasileira. Em Canindeyú, os brasileiros controlavam 60,2% de todas as propriedades acima de 1.000 hectares sob domínio direto de estrangeiros, em Alto Paraná esta porcentagem era de 55,2, e Caaguazú estava estipulada em 32,1%. No que concerne aos demais capitais de origem, os departamentos de Caaguazú e Itapúa se destacam, com 29,8% e 23,0%, respectivamente, de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de proprietários de outras nacionalidades. Uma hipótese é que Caaguazú historicamente tem sido alvo de

migrantes menonitas^{xi} e japoneses (KLEINPENNING, 2014). Já Itapúa, estima-se que presença predominante é de argentinos, visto que está localizado na fronteira com o referido país, embora também apresente colônias de migrantes japoneses (KLEINPENNING, 2014).



Mapa 1. Paraguai – Porcentagem de propriedades acima de 1.000 hectares em posse de estrangeiros por departamento (2008).

Fonte: MAG (2009a; 2009b; 2009c; 2009d, 2009e; 2009f); Org.: Autora (2020).

Em contraposição aos dados oficiais, Glauser (2009) estipulava que 19% do território paraguaio estava controlado pelo capital estrangeiro em 2009. Diante do avanço vertiginoso do agronegócio, não apenas da soja, mas também no ramo dos frigoríficos (VUYK, 2014) e da especulação com terras, estimamos de mais de 35% do território esteja em posse de estrangeiros, especialmente brasileiros (PEREIRA, 2019a). Tal dinâmica aprofunda a concentração fundiária^{xii}, intensifica os conflitos por terras, aumenta a criminalização de movimentos socioterritoriais e coloca o país em uma situação de insegurança alimentar, uma vez que terras que antes eram utilizadas para a produção de alimentos agora são apropriadas pelo agronegócio para a produção de soja para a exportação. A perspectiva é que este canário de aprofunde com a entrada de agentes chineses.

Em agosto de 2008 Fernando Lugo (Partido Aliança Patriótica para a Mudança de 2007 a 2010 e Frente Guasú de 2010 até o presente) assume a presidência do Paraguai quebrando com a hegemonia de mais de seis décadas do Partido Colorado. Os pilares do governo Lugo, pelo menos os sustentados em sua campanha eleitoral, eram a reforma agrária e independência energética (referente a Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu). Como Lugo não conseguiu alterar a composição conservadora do legislativo (FOGEL, 2018), as bases de seu governo não foram sustentadas. Houveram tentativas de desapropriação de terras *malhabidas*^{xiii}, como o exemplo da propriedade de Tranquilo Favero em Ñacunday (departamento de Alto Paraná) (PEREIRA, 2019a) e a implementação de políticas públicas de promoção da segurança e soberania alimentar (PEREIRA, 2016), porém estas não afetaram modelo econômico do país pautado no neoliberalismo.

Lugo foi deposto em junho de 2012 após o Massacre de Curuguaty, que ocorreu durante um conflito entre camponeses e policiais na propriedade chamada Marina Kué, no distrito de Curuguaty (departamento de Canindeyú). A terra em questão é *malhabida* e pertence à família Riquelme^{xiv}. Diante deste cenário, Lugo foi julgado em um impeachment que durou 36 horas e que decretou sua deposição por falta de capacidade de governar o país. O caso ilustra como o agronegócio influencia nas relações políticas de uma nação, sendo capaz até mesmo de auxiliar na deposição de um presidente democraticamente eleito. Desde então, a estrangeirização da terra no Paraguai tem intensificado, com a transnacionalização definitiva do país (VILLAGRA, 2014).

A geopolítica da estrangeirização da terra: as estratégias dos agentes chineses para acessar o território paraguaio

O Paraguai não possui relações diplomáticas com a China, pelo fato de o Paraguai ser um dos países que se relacionam diplomaticamente com Taiwan (PINHEIRO-MACHADO, 2010), considerando que a China reconhece Taiwan como uma província rebelde de seu país. Desde 1957^{xv} o Paraguai reconhece Taiwan como um país independente e esta decisão ocorreu em um contexto de luta contra o comunismo. O comunismo que aproximou China e América Latina no século XXI é o mesmo que distanciou o Paraguai da China. Assim, diferentemente dos outros países da América Latina, a soja paraguaia não tem como destino a China.

Em 2010 a situação começou a mostrar outros caminhos em 2010, quando o então presidente do Fernando Lugo (2008-2012) anunciou uma possível relação diplomática com a China (BBC, 19 fev. 2010). Segundo a mesma reportagem os empresários da soja e pecuária pressionam o governo para a aproximação com a China sob a justificativa de oportunidade de comercializar seus produtos com o país asiático. Em 2015 o governo paraguaio declarou a impossibilidade da aproximação com a China, considerando que as relações diplomáticas flexíveis com Taiwan são de grande êxito para o Paraguai (ÚLTIMA HORA, 11 jan. 2015). Ao assumir a presidência em agosto de 2018, Mario Abdo Benítez (Partido Colorado) assegurou a Taiwan a manutenção das relações bilaterais (O ESTADO DE S. PAULO, 16 ago. 2018). Ao mesmo tempo, o governo paraguaio esperava firmar um acordo comercial com a China através do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)^{xvi}, que não foi concluído.

Historicamente, o quinto maior produtor de soja do globo rompe com a tendência global e não possui a China no seu leque de países importadores de soja, muito menos apresentam empresas chinesas territorializadas no país. Em 2014 a situação começa a ser alterada, pois 51% da empresa a Noble^{xvii}, de capital de origem de Hong Kong, atuante no mercado paraguaio através da Noble Paraguay S.A., foi adquirida pela chinesa COFCO Agri^{xviii} (Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentos da China) (COFCO INTERNATIONAL, 2019) por US\$ 1,5 bilhão (O GLOBO, 02 abr. 2015). Em março de 2016 a COFCO^{xix} conclui a compra dos 49% restantes da Noble (COFCO INTERNATIONAL, 2019). Ademais, em 2016, a suíça Syngenta, foi comprada pela China National Chemical Corporation (ChemChina), empresa estatal chinesa (EL PAÍS, 04 fev. 2016). A COFCO e Syngenta são sócias da CAPECO^{xx}.

Atualmente a COFCO International Paraguay S.A. controla cinco centros de armazenamento de soja no Paraguai, com capacidade de 102.000 toneladas e a pretensão é de que aumente a exportação do grão para a China, independentemente dos desencontros políticos (EXTRA, 20 abr. 2018), distribuídos pelos departamentos de Itapúa e San Pedro. Em agosto de 2018, a COFCO liderou o *ranking* dos exportadores de soja do país, com 827.000 toneladas exportadas, o que representa 15% do total exportado no mês (ÚLTIMA HORA, 17 set. 2018). A Syngenta também tem atuado no Paraguai, mas apenas em 2010 de fato se territorializou a partir da compra da empresa Agrosan S.A.

Agentes chineses utilizaram a estratégia de aquisição de empresas já constituídas para adentrar no mercado de soja paraguaio. Contudo, a soja produzida no Paraguai não tem como destino final a China. Sobre o destino da soja Paraguaia, um fato nos chama atenção. Em 2015, segundo os dados da CAPECO, o principal destino da soja paraguaia (*in natura*) era a União Europeia (25%), seguidos da Rússia (19%), Argentina (13%), Turquia (12%), Brasil (7%) e África do Sul e México (5%), conforme evidencia o Gráfico 01. Em 2018 houve uma mudança repentina (Gráfico 02). A Argentina assumiu o posto de principal destino das exportações da soja Paraguai, com 67%. A Rússia continuou ocupando a segunda posição (14%). A União Europeia, de 25% em 2015, caiu para 5% em 2018. Considerando que na safra 2014/2015 o total de soja *in natura* exportada foi de 4.447.514 toneladas e na safra de 2017/2018 este número evoluiu para 6.237.190 toneladas (CAPECO, 2020).

O que explica o aumento do volume de exportação da soja paraguaia para a Argentina? Primeiro é preciso enfatizar que a produção de soja na Argentina apresentou uma queda vertiginosa da quantidade produzida de soja em toneladas na safra de 2017/2018. Na safra 2014/2015 a superfície cultivada de soja era de 19.792.100 hectares, totalizando 61.397.720 toneladas produzidas (SECRETARÍA DE AGROINDUSTRIA DE ARGENTINA, 2019). Na campanha 2017/2018, 17.259.260 hectares foram cultivados, porém a produção foi de 37.787.927 toneladas (SECRETARÍA DE AGROINDUSTRIA, 2019), apresentando uma queda de 38,50% na produtividade em apenas um ano.

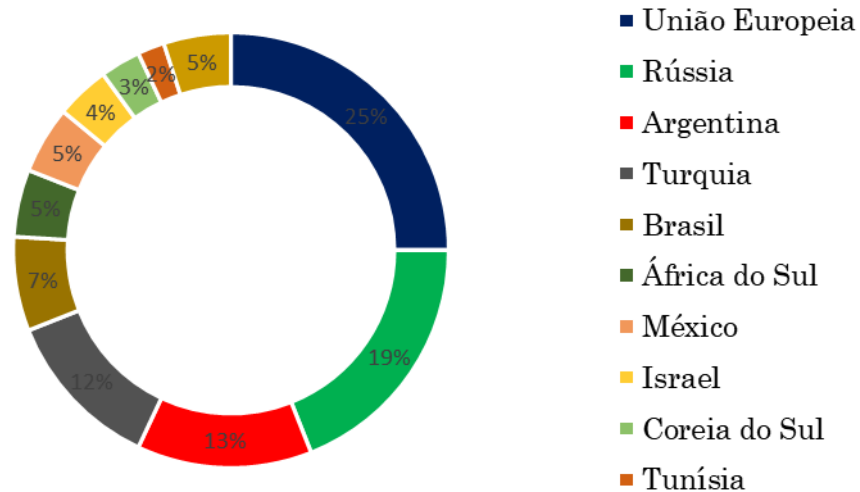


Gráfico 2. Paraguai – Destino de exportação da soja (*in natura*) (2015).

Fonte: CAPECO (2020); Org.: Autora (2020).

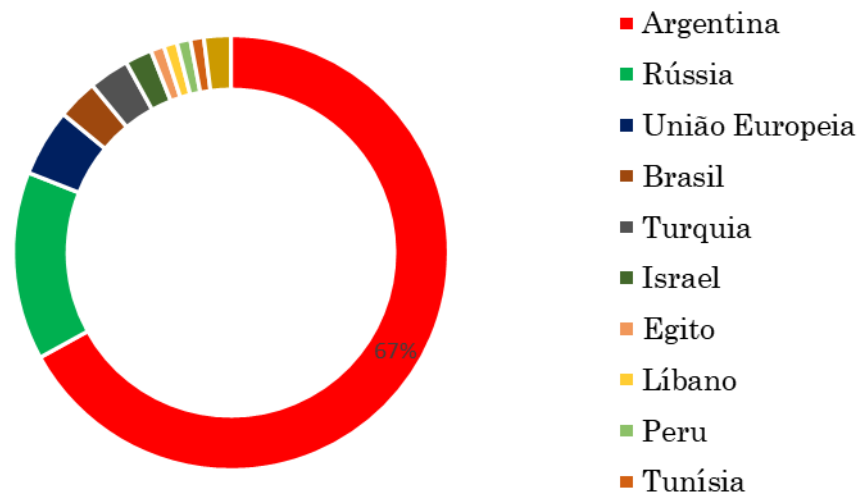


Gráfico 3. Paraguai – Destino de exportação da soja (*in natura*) (2018).

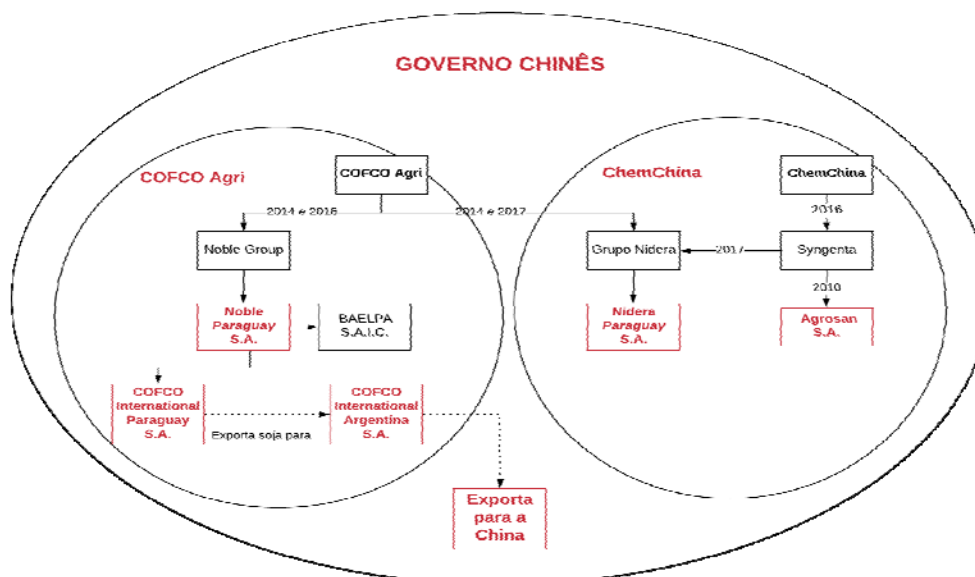
Fonte: CAPECO (2020); Org.: Autora (2020).

Neste contexto, é evidente que o volume de soja argentina exportada diminuiu. Segundo os dados do Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria (SENASA) da Argentina, na safra 2014/2015, 20.942.378 toneladas foram

exportadas, sendo que 17.336.262 toneladas (82,78%) tiveram como destino a China. Em 2017/2018 o volume exportado de soja argentina foi de 3.302.467 toneladas (representando uma queda de 84,23% em relação à safra 2014/2015) e, deste total, 2.812.252 toneladas foram exportadas para China (SENASA, 2019). Em termos relativos, a porcentagem de soja argentina exportada para a China apresentou um tímido aumento, de 82,78% em 2014/2015 para 85,15% na campanha 2017/2018.

Isso evidencia que a queda das exportações foi geral, mas que a tendência que China como principal destino da soja argentina permanece. Em escala empresarial observamos uma alteração interessante. Segundo a Secretaría de Agroindustria, em 2016 a empresa COFCO Argentina exportou 241.041 toneladas de soja *in natura*, 1.079.883 toneladas de subprodutos de soja e 163.357 toneladas de óleo de soja. Em 2018 a COFCO Argentina comercializou no mercado externo 360.033 toneladas de soja. Ademais, exportou 250.673 toneladas de azeite de soja e 1.135.675 toneladas de outros subprodutos. Em 2016 a COFCO era responsável por 2,70% da soja exportada pela Argentina e em 2018 esta porcentagem aumentou para 10,58%.

Neste cenário, a nossa hipótese é que a COFCO Paraguay tem exportado a soja *in natura* produzida em terras paraguaias para a Argentina, considerando que a Argentina apresentou uma significativa queda da produção do grão. A COFCO Argentina, que importa a soja da COFCO Paraguay, por sua vez, exporta a soja para a China. Com esta estratégia a Argentina (com produção de soja insuficiente no momento) resolve o seu problema de abastecer o mercado e a China acessa o mercado paraguaio, que, diplomaticamente é impossibilitado pelas relações entre Paraguai e Taiwan. O Organograma 1 mostra a geopolítica da soja no Paraguai e Argentina.



Organograma 1. Paraguai – Geopolítica da estrangeirização da terra (2019).

Org.: Autora (2020).

A presença de agentes chineses do Paraguai evidencia o que Oliveira e Schneider (2016, p. 167) já afirmavam: “the political geography of the global soybean complex is shifting”. Há uma nova geopolítica da soja a partir da década de 1990, impulsionada, em parte, pelos avanços tecnológicos em termos de cultivos geneticamente modificados e, de outro lado, pelo avanço da soja na América do Sul e criação de um mercado chinês através de sua política *Going Global*. A atuação da China no Paraguai é a expressão da consolidação de uma nova geopolítica. Uma geopolítica que não cabe nos moldes da geopolítica clássica, no qual o Estado é considerado como a única unidade política do sistema internacional (BECKER, 2005).

Com este exemplo da atuação da China no mercado de soja paraguaio, concluímos que as relações entre espaço e poder transcendem a ação dos Estados e que este não é a única escala do poder. Ademais, a *ausência* chinesa no Paraguai nos mostra, mais uma vez, que a estrangeirização é um processo heterogêneo, resultado de dinâmicas interescares em interação. Assim, o aumento da demanda chinesa por terra e por soja não pode ser utilizado como explicação para a intensificação da estrangeirização da terra e nem para o crescimento da produção de soja no Paraguai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a estrangeirização da terra não seja um processo recente, há algumas características que a torna singular no século XXI, dentre as quais destacamos a conjuntura no qual a mesma é gestada, isto é, convergência de múltiplas crises, necessidade de ajustes espaciais para solucionar crises de sobreacumulação e mudanças geopolíticas globais, como a ascensão da China. É justamente esta circunstância que faz com que a dimensão geopolítica seja essencial para entender a estrangeirização da terra, embora poucos pesquisadores que se dedicam ao tema têm dado o enfoque geopolítico (MOYO, EROS e JHA, 2012).

O espectro geopolítico da estrangeirização da terra é essencial, visto que o processo envolve relações de poder entre diferentes agentes, incluindo Estados-nação. Esta questão é interessante porque permite trabalhar a geopolítica a partir da crítica de Becker (2005), que nos alerta sobre a necessidade de (re)pensar o Estado (incluindo novos agentes), o território (multiescalar e multidimensional) e a geopolítica para além da Geografia tradicional de Ratzel. A realidade se modifica e nos coloca diante de novas expressões e elementos, e a estrangeirização pode ser considerada como um novo elemento geopolítico, que envolve interesses e relações de poder, não apenas entre Estados, mas também entre outros agentes, como corporações transnacionais e fundos de investimento. A geopolítica elucida muitas características do processo da estrangeirização, tais como: os motivos de determinados agentes de um país se apropriar de terras de outra nação; os critérios de seleção dos investimentos; o papel dos acordos de comércio, das

relações exteriores e diplomáticas; a influência da China e até mesmo dos blocos emergentes, como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A ascensão da China com potência mundial tem levado a mesma para o holofote, onde a mídia e demais instituições multilaterais abordam a China como grande apropriadora de terras em todo o globo, o que este artigo mostrou que é um equívoco. Ademais, esta ideia oculta três pontos. Primeiramente, os dados são superestimados e a maior parte dos investimentos chineses ocorrem no sudeste asiático. Em segundo lugar, não é a China em si que atua na apropriação de terras, mas sim agentes chineses (empresas e fundos de investimento públicos e privados). Por fim, os agentes chineses não tem acesso a todos os mercados e território, fazendo com que estes utilizem de estratégias, como tem feito no Paraguai.

Embora seja um processo global, o mesmo não é homogêneo, porque sua materialização envolve elementos geopolíticos. O Paraguai é um exemplo disso. A estrangeirização é um componente estrutural da questão agrária paraguaia, e desde 1870 promove a concentração fundiária e de capital, culminando na desterritorialização de camponeses e indígenas. No país, os principais agentes são oriundos da Argentina, Brasil e, recentemente, Uruguai (PEREIRA, 2019a). A China, maior compradora de soja latino-americana não tem acesso ao território paraguaio porque o Paraguai reconhece Taiwan como república independente. Para acessar as terras e o mercado paraguaio, os agentes chineses recorrem a estratégias como aquisição de corporações que já atuam no Paraguai e exportação para empresas filiais em países limítrofes, como a Argentina. Assim, não podemos negar a dimensão geopolítica da estrangeirização, que é recriada a partir de novos contextos, agentes e estratégias, porém, sempre com o mesmo objetivo: garantir a acumulação de capital.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016, p. 46-85.
- ADEM, Seifudein. The paradox of China's policy in Africa. **African and Asian Studies**, v. 9, p. 334-355, 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BECKER, Berta. A Geopolítica na Virada do Milênio: Logística e desenvolvimento sustentável. CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 271-307, 2005.
- BORRAS JR, Saturnino; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. **ICAS Working Paper Series**, The Hague, 2010.

BORRAS JR, Saturnino et al. Transnational land investment web: land grabs, TNCs, and the challenge of global governance. **Globalizations**, v. 17, n. 4, p. 608-628, 2020.

BBC. Paraguay planea establecer relaciones diplomáticas con China. **BBC**, caderno América Latina, publicado em 19 fev. 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/america_latina/2010/02/100218_0133_china_paraguay_jg>. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRAUTIGAM, Deborah; XIAOYANG, Tang. China's engagement in African agriculture: 'down to the countryside'. **The China Quarterly**, v. 199, p. 686-706, 2009.

BRAUTIGAM, Deborah; ZHANG, Haisen. Green dreams: Myth and Reality in China's Agricultural Investment in Africa. **Third World Quarterly Journal**, v. 34, n. 9, p. 1.676-1.696, 2013.

CAMPAÑA TIERRAS MALHABIDAS. **Tieras Malhabidas**: las estamos pagando. Disponível em: <http://www.tierrasmalhabidas.com.py/>. Acesso em: 23 set. 2016.

CAPECO. **Cámara Paraguaya de Exportadores y Comercializadores de Cereales y Oleaginosas**. Disponível em: <http://capeco.org.py/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

CHINA POLICY. **China Going Global**. Beijing: China Policy, 2017.

CHINA POWER. Does China dominate global investment? **China Power 2020**. Disponível em: <<https://chinapower.csis.org/china-foreign-direct-investment/>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

COFCO AGRI INTERNATIONAL. **COFCO Agri Paraguay**. Disponível em: <<https://www.cofcointernational.com/>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

EDELMAN, Marc. Messy hectares: questions about the epistemology of land grabbing data. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 03, p. 485-501, 2013.

EDELMAN, Marc; OYA, Carlos; BORRAS JR, Saturnino. Global land grabs: historical processes, theoretical and methodological implications and current trajectories. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1517-1531, 2013.

EZQUERRO-CAÑETE, Arturo. Poisoned, Dispossessed and Excluded: a critique of the neoliberal soy regime in Paraguay. **Journal of Agrarian Change**, v. 16, n. 4, p. 702-709, 2016.

EL PAÍS. Por que o governo chinês decidiu comprar a Syngenta? **El País**, caderno Economía, publicado em 04 fev. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/03/economia/1454504746_043900.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FOGEL, Ramón B. Reforma agraria en el Paraguay. Retrocesos y luchas. FERNANDES, Bernardo Mançano; RINCÓN, Luis Felipe; KRETSCHMER, Regina (Org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 129-140.

FROST, Stephen. Chinese outward direct investment in Southeast Asia: how big are the flows and does it mean for the region? **The Pacific Review**, v. 17, n. 3, p. 323-340, 2004.

GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio paraguayo**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOFMAN, Irna; HO, Peter. China's 'developmental Outsourcing': a critical examination of Chinese global 'land grabs' discourse. **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 1, p. 1-48, 2012.

JORNAL EXTRA. Soja do Paraguai flui para China independente de política. **Jornal Extra**, caderno Economia, publicado em 20 abr. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/economia/soja-do-paraguai-flui-para-china-independentemente-de-politica-22612888.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

KLEINPENNING, Jan. **Paraguay Rural (1870-1963): una Geografía del progreso, el pillaje y la pobreza**. Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2014.

KRETSCHMER, Regina. Conflictos territoriales en las regiones de frontera en Paraguay Oriental. **Geografia em Questão**, v. 4, n. 2, p. 41-55, 2011.

LANDMATRIX. **Online Public Database on Land Deals**. Disponível em: <http://www.landmatrix.org/en/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen I** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009a.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen II** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009b.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen III** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009c.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen IV** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009d.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen V** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009e.

MAG. **Censo Agropecuario Nacional 2008 – Volumen VI** Asunción: Ministerio de Agricultura y Ganadería, 2009f.

MCKAY, Ben; HALL, Ruth; LIU, Juan. The rise of BRICS: implications for global agrarian transformation. **Third World Quarterly**, v. 10, n. 5, p. 581-591, 2016.

MCKAY, Ben et al. China and Latin America: towards a new consensus of resource control? **Third World Quarterly**, v. 11, n. 1, p. 01-20, 2017.

MOYO, Sam; YEROS, Paris; JHA, Praveen, Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 1, n. 2, p. 181-203, 2012.

O ESTADO DE S. PAULO. The Economist: Um país que resiste à pressão da China para isolar Taiwan. **Jornal O Estado de S. Paulo**, caderno Internacional, publicado em 16 ago. 2018. Disponível: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,the-economist-um-pais-que-resiste-a-pressao-da-china-para-isolar-taiwan,70002454219>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

O GLOBO. Chinesa Cofco paga US\$ 1,5 bi por fatia na unidade agrícola da Noble. **Jornal O Globo**, caderno Economia, publicado em 02 abr. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/chinesa-cofco-paga-us15-bi-por-fatia-na-unidade-agricola-da-noble-7733375>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. The geopolitics of Brazilian soybeans. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 348-372, 2016.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres; SCHNEIDER, Mindi. The politics of flexing soybeans: China, Brazil and agroindustrial restructuring. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 167-194, 2016.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. A resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil desde 2008: lições e alternativas agroecológicas. **Idéias**, v. 9, n. 2, p. 99-132, 2018.

OYA, Carlos. The land rush and classic agrarian questions of capital and labor: a systematic scoping review of the socioeconomic impact of land grabs in Africa. **Third World Quarterly**, v. 34, n. 9, p. 1532-1557, 2013a.

_____. Methodological reflections on “land grab” databases and the “land grab” literature “rush”. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 503-520, 2013b.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 1987.

PALAU, Tomás; CABRELLO, Daniel. MAEYENS, An; RULLI, Javiera; SEGOVIA, Diego. **Los refugiados del modelo agroexportador**. Impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2007.

PARAGUAY. Ley n. 1.863, de 30 de enero de 2002. Instituí o Estatuto Agrario. **Gobierno del Paraguay**, Asunción, 30 de enero de 2002.

PARAGUAY. Ley n. 2.352, de 14 de febrero de 2005. Establece una zona de seguridad fronteriza de la franja de 50 kilómetros adyacentes a las líneas de frontera terrestre y fluvial dentro del territorio nacional. **Presidencia de la República del Paraguay**, Ministerio de Defensa Nacional. Asunción, 14 de febrero de 2005.

PASTORE, Carlos. **La lucha por la tierra en Paraguay**. Asunción: Intercontinental Editora, 2015 [1972].

PEREIRA, Lorena Izá. Soberania e segurança alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 19, n. 32, dossiê soberania alimentar, p. 128-152, 2016.

_____. *Land grabbing, land rush*, controle e estrangeirização da terra: uma análise dos temas e tendências da produção acadêmica entre 2009 e 2017. **Estudos Internacionais**, v. 5, n. 2, p. 34-56, 2017.

_____. “**A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito**”: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019. 523f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019a.

_____. Estrangeirização da terra no Brasil: notas teóricas e metodológicas. **Revista da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Local Três Lagoas**, ano 15, n. 29, p. 70-91, 2019b.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Uma ou duas Chinas? A ‘questão de Taiwan’ sob o ponto de vista de uma comunidade chinesa ultramar (Ciudad del Este, Paraguai). **Revista Civitas**, v. 10, n. 3, p. 468-489, 2010.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, 2013.

_____. **Expulsões** - Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2016.

SECRETARÍA DE AGROINDUSTRIA. **Exportación e importación**. Buenos Aires: Ministerio de Producción y Trabajo de Argentina, 2019. Disponível em: <<http://www.senasa.gob.ar/cadena-vegetal/cereales/informacion/informes-y-estadisticas>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SERVICIO NACIONAL DE SANIDAD Y CALIDADE AGROALIMENTARIA. **Exportación y importación – granos 2013-2018**. Buenos Aires: SENASA, 2019. Disponível em: <<http://www.senasa.gob.ar/cadena-vegetal/cereales/informacion/informes-y-estadisticas>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SVAMPA, Maristella N. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013.

_____. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: elefante, 2019.

ÚLTIMA HORA. Establecer relaciones diplomáticas con China es “absolutamente imposible”. **Última Hora**, caderno Política, publicado em 11 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/establecer-relaciones-diplomaticas-china-es-absolutamente-imposible-n863050.html>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

ÚLTIMA HORA. Companhia china Cofco lidera las exportaciones de soja. **Última Hora**, caderno Economía, publicado em 17 set. 2018. Disponível em: <<https://www.ultimahora.com/compania-china-cofco-lidera-las-exportaciones-soja-n2707700.html>>. Acesso em: 18 set. 2018.

VÁZQUEZ, Fabricio. **Geografía humana del Chaco Paraguayo**. Transformaciones territoriales y desarrollo regional. Asunción: ADEPO, 2013.

VENECIA, Cristian; AGÜERO, José Luis; SALAS BARBOZA, SEGHEZZO, Lucas. Land Matrix y las grandes transacciones de tierras en América Latina. COSTANTINO, Agostina (Org.). **Fiebre por la tierra** – Debates sobre el land grabbing en Argentina y América Latina Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2019, p. 79-98.

VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal. La economía política agraria de los gobiernos de izquierda en América Latina. El Agronegocio, el campesinado y los límites del neodesarrollismo. VERGARA-CAMUS, Leandro; KAY, Cristóbal (Org.). **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2018a, p. 349-395.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Actores del Agronegocio en Paraguay**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

_____. **La metamorfosis del Paraguay**. Del esplendor inicial a su traumática descomposición. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; PEREIRA, Lorena. Estrangeirização de terras e Geopolítica da questão agrária: a usina Umoe Bioenergy em Sandovalina - SP. **Campo Território**, edição especial, v. 11, n. 23, p. 257-284, 2016.

VUYK, Cecilia. **Subimperialismo brasileño y dependencia del Paraguay**. Los intereses económicos detrás del Golpe de Estado de 2012. Asunción: Cultura y Participación, 2014.

XU, Yunan. Political economy of land grabbing inside China involving foreign investors. **Third World Quarterly Journal**, p. 01-16, 2018.

WANG, Jian-Ye. What drives China's growing role in Africa? **International Monetary Fund Working Paper**, p. 01-32, 2007.

WESZ JR, Valdemar João. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 286-312, 2016.

WILKINSON, John; WESZ JUNIOR, Valdemar João; LOPANE, Anna Rosa Maria. Brazil and china: the agribusiness connection in the Southern Cone context. **Third World Thematic**, p. 01-20, 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ⁱ A academia internacional tem se referido a corrida mundial por terras no século XXI como *land grabbing* (BORRAS JR e FRANCO, 2010; EDELMAN, OYA e BORRAS JR, 2013). O *land grabbing* pode ser definido como apropriação de terras (trans) nacionais para cujo o uso do solo é alterado para atender as demandas geradas pela convergência de crises. Embora haja a perspectiva do *land grabbing* como sinônimo de estrangeirização da terra, tal como expressam Sassen (2013 e 2016) e Fernandes (2019), defendemos que *land grabbing* é um processo amplo de controle do território (não importando a origem do agente), enquanto a estrangeirização é o controle do território por agentes estrangeiros. Assim, a estrangeirização é um dos elementos do *land grabbing* (PEREIRA, 2017).

ⁱⁱ Corresponde a uma iniciativa criada em 2009 pelo *International Land Coalition* (ILC) para o monitoramento das transações de terra [compra, arrendamento e concessão] que envolvem mais de 200 hectares a partir do ano de 2000 e que necessariamente tenham a alteração do uso do solo para fins econômicos (VENENCIA, AGUERO, SALAS BARBOZA e SEGHEZZO, 2019).

ⁱⁱⁱ A população chinesa estava estipulada em 1,4 bilhão de habitantes.

^{iv} Enfatizamos que há outras áreas de investimento, como turismo, entretenimento, finanças, etc. Porém selecionamos apenas os setores que, de certa forma, estão relacionados com a exploração o agronegócio e exploração de recursos naturais. Inserimos o setor de tecnologias justamente para evidenciar que o investimento neste ramo é menor quando comparado àqueles que, de certa forma, exploram os recursos naturais existentes.

^v É necessário enfatizar que a China também é alvo a estrangeirização, um exemplo é a atuação da sueco-finlandesa Stora Enso (XU, 2018).

^{vi} Governos geralmente constituídos através da coalização de partidos e eleitos democraticamente. Tais governos pautaram mudanças sociais e econômicas, dentre elas políticas de reforma agrária, mas não romperam com o neoliberalismo. Os governos progressistas ocorrem na Venezuela (1998), no Brasil (2003), na Argentina (2003), no Uruguai (2004), na Bolívia (2005), no Equador (2006), em Nicarágua 2006, no Paraguai (2008) e em El Salvador (2009) (VERGARA-CAMUS e KAY, 2018).

^{vii} É necessário pontuar que há uma mudança na dieta alimentar da população chinesa muito baseada no aumento de renda da população.

^{viii} O neoextrativismo é uma versão contemporânea do extrativismo (ACOSTA, 2016). Entendemos o extrativismo com base em Acosta (2016, p. 49-50): “é uma modalidade de acumulação que começou a ser forjada em grande escala há quinhentos anos (...) esse extrativismo assumiu diversas roupagens ao longo do tempo, forjou-se na exploração de matérias-primas indispensáveis para o bem-estar do Norte global”.

^{ix} Glauser (2009) destaca que muitas terras inclusive foram vendidas com camponeses e indígenas no seu interior.

^x É uma árvore sul-americana presente em algumas regiões da Argentina, Brasil e com maior abundância no Paraguai. Do Quebracho é extraído o tanino, matéria-prima de interesse da indústria do couro no final do século XIX e início do século XX.

^{xi} Menonita é um grupo religioso também conhecido como anabatista e são caracterizados pela livre interpretação da bíblia, rechaço à modernidade e contra serviço militar e utilização de armas (VÁZQUEZ, 2013). Desde 1927 o governo paraguaio incentiva a migração do grupo, especialmente no Paraguai Ocidental.

^{xii} O Paraguai apresenta o índice de Gini de 0,94 (FOGEL, 2018).

^{xiii} Corresponde a terras que foram doadas durante a ditadura a brasileiros e militares paraguaios simpatizantes do regime. Segundo a campanha “Tierras Malhabidas: las estamos pagando”, atualmente 13,95% do território paraguaio são de *tierras malhabidas* (CAMPANHA TIERRAS MALHABIDAS, 2016).

^{xiv} Em trabalho de campo realizado no local em setembro de 2019, os camponeses informaram que o massacre foi uma emboscada para criminalizar os camponeses. Após o massacre onze camponeses foram condenados a 35 anos de prisão em julgamento realizado em 2016. Em 2018, após anos de manifestações e denúncias, os onze presos políticos foram libertados.

^{xv} As relações entre Paraguai e Taiwan tornaram-se mais estreitas durante a década de 1990. Em 1997 foram assinados acordos de transporte aéreo, facilitação comercial e convênios agrícolas (PINHEIRO-MACHADO, 2010).

^{xvi} Até o momento de conclusão deste artigo o Paraguai não possuía nenhum acordo comercial com a China. Maiores informações sobre os acordos comerciais do Paraguai disponíveis em: <<http://economia.gov.py/index.php/dependencias/direccion-de-integracion/convenios-1/acuerdos-comerciales-del-paraguay>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

^{xvii} Segundo Oliveira e Schneider (2016) a Noble e Nidera, anterior a aquisição pela COFCO apresentavam altos índices de crescimento.

^{xviii} Não se tem muitas informações acerca da empresa. Segundo sua página oficial, a COFCO atua em mais de 50 países. A empresa atua na produção de cana-de-açúcar, café, algodão, soja e demais oleaginosas. Também possui investimentos em infraestrutura e logística. Maiores informações disponíveis em: <<https://www.cofcointernational.com>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

^{xix} Entre 2014 e 2017 a COFCO também realizou a aquisição da Nidera Sementes, posteriormente vendida para a Syngenta, que por sua vez foi comprada em 2016 pela China National Chemical Corporation (ChemChina).

^{xx} Maiores informações disponíveis em: <<http://capeco.org.py/socios/>>. Acesso em: 26 mar. 2020.